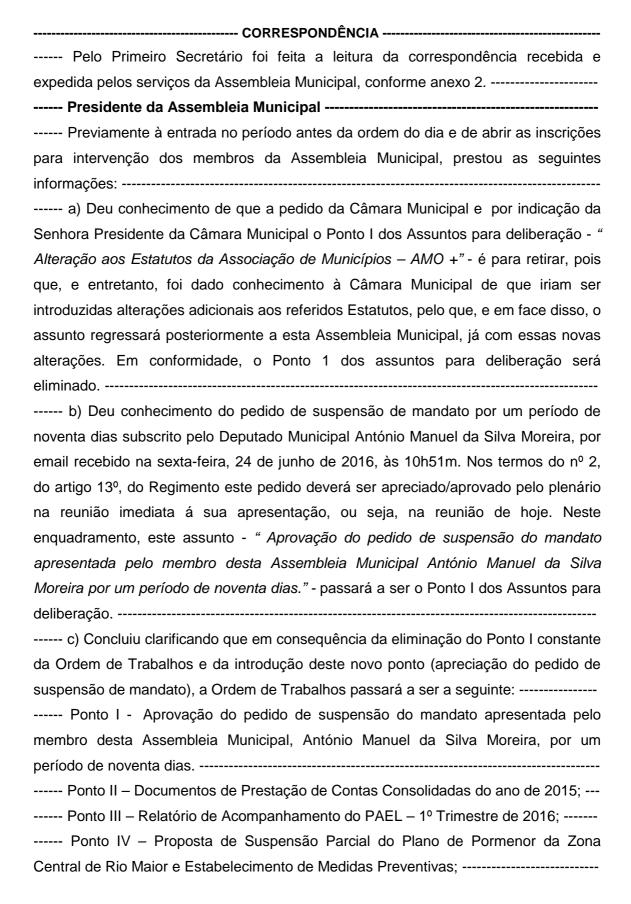


ATA Nº 3/2016

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano dois mil e dezasseis, no Auditóric
da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia
Municipal de Rio Maior, sob a presidência de António Manuel Silva Arribança.
Secretariaram a presente sessão os Deputados Municipais Carlos Jorge Coelho Neto
e Maria Eugénia de Jesus Reis, respectivamente Primeiro e Segunda Secretários da
Mesa. A Câmara Municipal de Rio Maior fez-se representar pela Presidente, Isaura
Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais. Assistiram também à presente sessão os
Vereadores da mesma Câmara Municipal, Carlos Fernando Frazão Correia, João
António Lopes Candoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto
Nazaré Almeida, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves
Figueiredo
JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS
Nos termos da alínea j) do número 1 do Artigo 9º do Regimento da Assembleia
Municipal, foram justificadas as faltas dos Deputados António Carlos e Silva Antunes
Figueiredo, Francisco Manuel Carriço Pereira Esperto, Filipe Montez Coelho Madeira,
António Manuel da Silva Moreira, Maria de Fátima Gouveia Pinheiro de Carvalho e
Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa, procedendo-se às respetivas
substituições. Foi também justificada a falta do Deputado Municipal Rui Miguel da
Costa e Silva, não se procedendo a substituição por impossibilidade de convocatória
Pelas catorze horas e vinte e cinco minutos, verificando-se a existência de
quórum (23 presenças), o Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos da
presente sessão (anexo 1)
PONTO PRÉVIO
APROVAÇÃO DE ATAS
Foi colocada a discussão e votação a ata n.º 2/2016 referente à sessão ordinária
de 30 de abril
Aprovada a ata n.º 2/2016 por maioria dos presentes com direito de voto, com 19
votos a favor, não participando na votação, por não terem estado presentes na anterior
sessão, os Deputados Municipais Hilário da Silva Santos, Vera Alexandra Costa
Simões, Ana Catarina Coelho Pinto e Nuno Gonçalo Vitorino Raimundo (23
presenças)

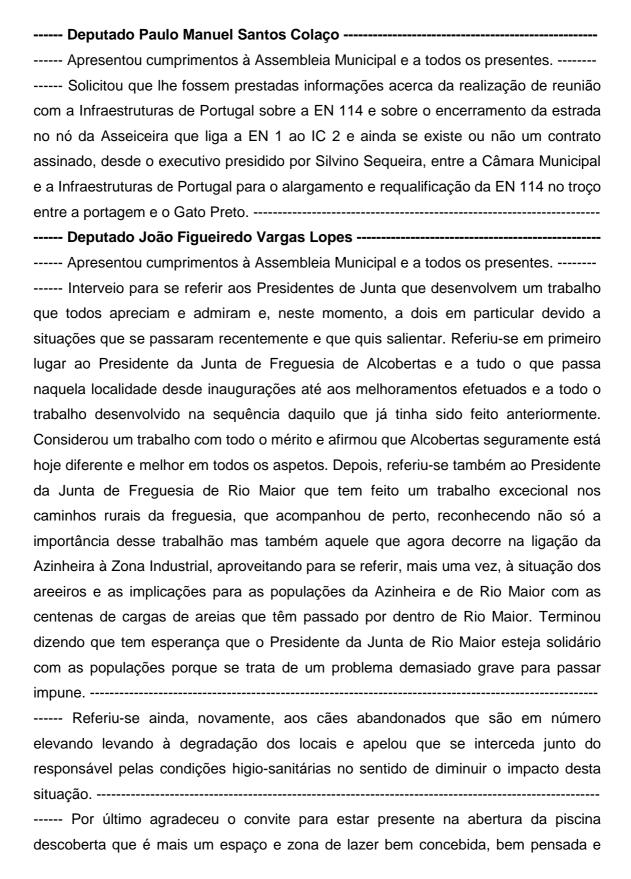




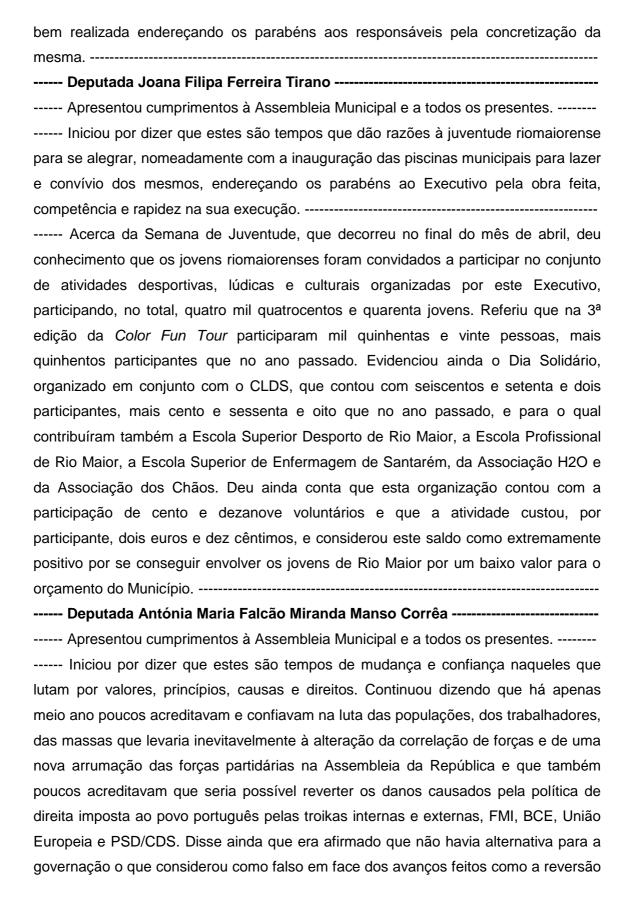


Ponto V – 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2016
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA
O Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para este período
Inscreveram-se para intervir os seguintes Deputados Municipais e Presidentes de
Junta de Freguesia:
Deputado Nuno Gonçalo Vitorino Raimundo
Deputado Paulo Manuel Santos Colaço
Deputado João Figueiredo Vargas Lopes
Deputada Joana Filipa Ferreira Tirano
Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa
Deputado João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira
Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias
INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS
Deputado Nuno Gonçalo Vitorino Raimundo
Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente
e a todos os presentes
Interveio para falar da apresentação dos projetos da requalificação da frente
ribeirinha do rio Maior, endereçando, desde logo, os parabéns ao Executivo por
avançar com um projeto desta dimensão e que faz falta à cidade. Agradeceu os
esclarecimentos prestados pela Presidente da Câmara e pelo Vereador Carlos Frazão
que acrescentaram ao debate detalhes técnicos e de ordem espacial que a equipa
projetista não soube explicar. Referiu ainda que a equipa projetista, num discurso
repleto de adjetivos, trouxe uma imagem virtual de um edifício para a Villa Romana,
uma planta do mesmo e uma planta de enquadramento mas, embora a imagem fosse
bonita, na planta percebeu-se a falta de relação com a pré-existência e que a planta
de enquadramento não era legível, o que suscitou muitas dúvidas sobre os acessos,
relação com a cidade e com o cemitério. Acrescentou que apesar de saber que o
cemitério irá permanecer naquele local, o mesmo pode ter outro aspeto e deixar de ser
um espaço desagradável, demasiado exposto e com apenas uma árvore, não sendo
difícil à equipa projetista pensar naquele espaço como parte do plano e propor
soluções de enquadramento para uma mais-valia dos projetos adjacentes. Em suma,
disse que não se trata apenas de fazer um edifício bonito, e sim de responder a
problemas de natureza urbana que justifiquem a sua intervenção porque os
riomaiorenses merecem o melhor











dos feriados, a aplicação da 35 horas a toda a administração pública, a alteração do IVA da restauração para 13%, o fim dos exames, o fim da prova para professores que entraram na carreira docente, e outras pequenas reposições dos direitos que foram tirados os portugueses. Deu conhecimento que o PCP, cumprindo o compromisso assumido com as populações, entregou um projeto-lei para reposição das freguesias em geral englobando o concelho de Rio Maior e propondo a reposição de todas as freguesias anteriormente existentes. Deu também conhecimento do agendamento potestativo agendado para dia 30 de junho, proposto pelo PCP e que é de enorme importância para as populações e órgãos autárquicos que sempre se opuseram ao processo de extinção das freguesias. Afirmou também a luta que não é apenas em relação às freguesias mas também pela construção da residência estudantil da Escola Superior de Desporto cujas verbas foram retiradas do orçamento geral do Estado por duas vezes. Por fim, acerca da vitória da saída da União Europeia no referendo realizado no Reino Unido, considerou que este constitui um acontecimento de uma amplitude tremenda para o povo do Reino Unido e para todos os povos da Europa, não apenas os restantes 27 mas todos os países e que representa uma alteração ao paradigma no processo de integração capitalista europeia, abrindo um novo patamar de luta daqueles que se debatem há décadas contra a União Europeia do grande capital e das grandes potências económicas, contra a austeridade, contra serem sempre os mesmos a pagar os desmandos, a corrupção dos governos e lutam por uma europa dos trabalhadores e dos pobres. ------

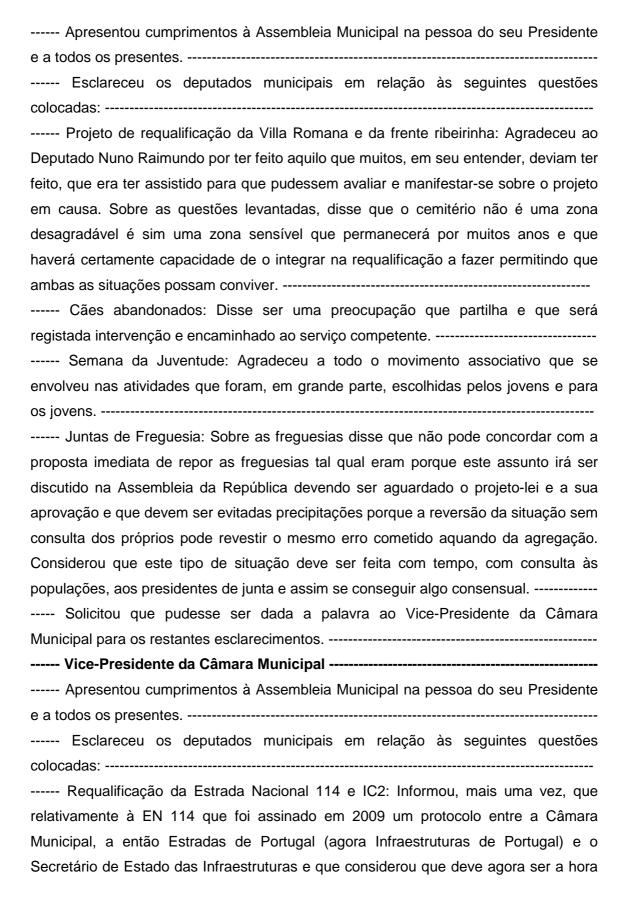
----- Deputado João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. ---------- Interveio para sublinhar que de facto se vive um novo tempo no país e que é o tempo de dar esperança aos portugueses, com responsabilidade. Afirmou que o caminho que está a ser feito não é fácil, exige diálogo, exige convergência, em que, em seu entender, existem duas variáveis que têm que ser sempre cumpridas, que é honrar os compromissos estabelecidos no programa de Governo, considerou que é isso que está a ser feito, e fazê-lo com responsabilidade, porque só com responsabilidade é que este caminho é possível. Continuou dizendo que exemplo disso é o que se passa na Europa e deve preocupar a todos como eleitos locais e fundamentalmente como cidadãos do mundo que, cada vez mais globalizado, descurou questões essenciais que hoje se vêm com efeitos económicos muito complicados. Reforçou que para questões complicadas não existem soluções simples



e que, perante isso, todos estão convocados para, num caminho de responsabilidade, fazer algo que não tem sido feito nos últimos tempos, que é cumprir o prometido nos períodos eleitorais e nos programas apresentados aos eleitores. Por fim abordou o tema das freguesias, dizendo que é algo que deve convocar a todos e um tema que está no programa do Governo e que acredita que o debate que vai ser feito na Assembleia da República contribuirá para o cumprimento daquilo que está previsto no programa de Governo. ------------ Presidente da Assembleia Municipal ----------- No seguimento das intervenções anteriores e particularmente no que se refere à saída do Reino Unido da União Europeia quis dizer que a história se repete, que se repetiu em 1914, no período de 1933 a 1939 e depois com a 2ª Guerra Mundial e que, nessa altura, isoladamente, um homem contra tudo e todos, chamado Winston Churchill, foi avisando e ninguém acreditou e as coisas aconteceram. Salientou que a Comunidade Económica Europeia hoje, tal como existe, visou evitar guerra, conseguiu o maior período de paz de sempre na Europa, e que a partir de agora não se sabe o que poderá acontecer, lamentando muito que alguns partidos de esquerda e partidos de extrema-direita estejam colados na satisfação e a aplaudir o que aconteceu em Inglaterra. Terminou dizendo que futuro falará e os filhos de todos cá estarão para, eventualmente, sofrer as consequências daquilo que vier a acontecer. --------------- Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias ----------- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. ----------- Interveio dizendo, desde logo, que concorda em tudo com a intervenção do Presidente da Assembleia Municipal e que no futuro se verá as consequências quanto à saída do Reino Unido da Comunidade Europeia. ---------- Relativamente à construção da piscina exterior endereçou os parabéns à Câmara Municipal e à Desmor pelo trabalho e pelo empenho que teve na execução da obra e na sua finalização. Considerou que esta nova piscina era uma necessidade em especial para os jovens do concelho que desde o fecho das piscinas existentes não tinham um local para lazer tendo que se deslocar para outros locais. ---------------- Presidente da Assembleia Municipal ----------- Deu a palavra à Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos das questões colocadas. ----------- Presidente da Câmara Municipal ------

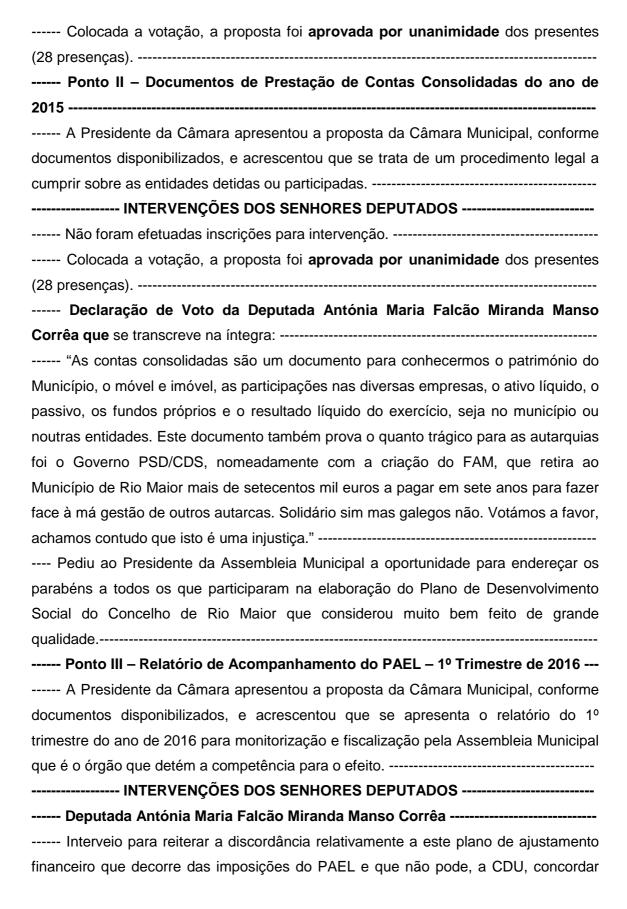






de o cumprir visto que o Governo que o assinou é novamente executivo. Acrescentou
ainda que nos últimos contactos feitos com a Estradas de Portugal foi considerada a
disponibilidade, caso a obra seja cofinanciada pelos fundos comunitários, em aquela
entidade comparticipar em 7,5% da verba necessária e a autarquia com outros 7,5%,
pressupondo que poderá haver um financiamento de 85%
No que se refere ao IC 2 deu conhecimento que houve uma reunião com a
direção da Estradas de Portugal em Santarém com deslocação ao local e que estão a
ser elaborados vários estudos para ver qual é que vai ser o processo que vai ser
utilizado para a recuperação sem tempo previsto porque vai ser um projeto
dispendioso e moroso. Continuou que durante estes anos muitas têm sido as reuniões
realizadas e muito se tem insistido na aprovação do projeto que foi entretanto alterado,
mas não tem havido respostas definitivas da Administração Central. Afirmou que se
continuam a desenvolver todos os esforços para a concretização deste projeto que
tem o apoio de todos e se reveste de grande importância
PERIODO DA ORDEM DO DIA
ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO
Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Rio Maior 2016-2018
Documentos de Prestação de Contas 2015 da CIMLT
Assunção de compromissos plurianuais
Atividade Municipal (anexo 3)
Atas aprovadas das reuniões da Câmara Municipal
A Presidente da Câmara apresentou os pontos para conhecimento à Assembleia
Municipal de acordo com a documentação disponibilizada
INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS
Não foram efetuadas inscrições para intervenção
ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO
Ponto I – Aprovação do pedido de suspensão do mandato apresentada pelo
membro desta Assembleia Municipal, António Manuel da Silva Moreira, por um
período de noventa dias
O Presidente da Assembleia Municipal apresentou o ponto, conforme
comunicação do deputado que o subscreveu
INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS
Não foram efetuadas inscrições para intervenção







com a lógica de que para se pagar a divida às grandes empresas de águas, resíduos, EDP, etc., se tenha que aumentar as taxas, coimas e tarifas, usando assim a prática de pagarem sempre os mesmos. Aconselhou a leitura do quadro da página 4 do documento onde são manifestos os brutais dos custos da água, do saneamento básico e dos resíduos sólidos. Terminou dizendo que por tudo o que antecede, mantendo a coerência de a CDU ser contra o PAEL e esta política autárquica, perante o relatório apenas lhes resta a abstenção. ----------- Colocada a votação, a proposta foi aprovada por maioria dos presentes, com 21 votos a favor e 7 abstenções dos Deputados Municipais João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira, Filipe Vicente Martins, Vera Alexandra Costa Simões, Ana Catarina Coelho Pinto, Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa, Paulo Manuel Santos Colaço e Suzana Margarida dos Santos Candeias (28 presenças). ----------- Declaração de Voto do Deputado Filipe Vicente Martins que se transcreve na ----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. ----------- "Como já tive oportunidade de dizer aqui nesta casa, continuo a entender que o PAEL se trata de um presente envenenado, não votamos contra porque compreendemos que se trata de uma imposição legal, por descordamos da execução financeira das medidas previstas no PAF, designadamente pelo exagero nas tarifas da água, daí a nossa abstenção." ----------- Ponto IV - Proposta de Suspensão Parcial do Plano de Pormenor da Zona Central de Rio Maior e Estabelecimento de Medidas Preventivas ----------- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados e acrescentou que que esta situação se deve à necessidade de se avançar com obras de interesse social e que de outra forma não seriam possíveis de executar. Acrescentou que se trata de um procedimento legal e esta é a proposta da Câmara Municipal para possibilitar a sua execução e que contém pareceres das entidades com competência na matéria, nomeadamente a CCDRLVT. -------- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS ----------- Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa ---------- Iniciou por dizer que lamentavelmente a revisão do PDM continua por fazer e que brevemente serão duas décadas de espera. Considerou que a realidade não é estática e que a sociedade e as suas necessidades alteram-se e que perante isto é imperioso



concluir a revisão do PDM para evitar os casos de excecionalidade. Acerca do caso em concreto, disse a proposta de suspensão parcial do Plano de Pormenor da Zona Central de Rio Maior e o estabelecimento de medidas preventivas justifica-se, em seu entender, como resposta ao munícipes de Rio Maior, das necessidades relacionadas com a prestação de serviços de qualidade para a 3ª idade, nomeadamente através da recuperação do edifício existente da Santa Casa da Misericórdia bem como a sua ampliação, requalificação e beneficiação. Reforçou que a CDU entende que se deve fazer a obra para melhorar a qualidade da prestação de serviços aos utentes e que apoia integralmente a proposta que é apresentada, ressalvando, contudo, que entendem que deve haver fiscalização do cumprimento das medidas preventivas porque uma exceção não deve tornar-se uma rotina. Indicou o sentido de voto a favor.------ Presidente da Câmara Municipal ---------- Solicitou que pudesse ser dada a palavra ao Vice-Presidente da Câmara Municipal para alguns esclarecimentos adicionais. ----------- Vice-Presidente da Câmara Municipal ----------- Clarificou que o processo de revisão do PDM tem sido moroso muito devido à intervenção das entidades com competência nas matérias abrangidas que, por diversos fatores internos de funcionamento, não têm, em tempo oportuno, conseguido das os pareceres e posições previstas na lei e também às sucessivas alterações legislativas que levam à obrigatória adequação de documentos e procedimentos. ----------- Colocada a votação, a proposta foi aprovada por maioria dos presentes, com 27 votos a favor e 1 abstenções do Deputado Municipal Nuno Gonçalo Vitorino Raimundo (28 presenças). ----------- Declaração de Voto do Deputado Nuno Gonçalo Vitorino Raimundo que se transcreve na íntegra: ----------- "Relativamente a este ponto queria acrescentar que não concordo com a suspensão deste instrumento que serve sobretudo para fomentar o desenvolvimento da nossa cidade, no entanto sou sensível ao carácter da obra a viabilizar e daí a minha abstenção." ----------- Ponto V – 1^a Alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2016 ----------- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados e acrescentou que esta alteração vem na sequência do desenvolvimento do projeto com a designação de "Ser Maior" no âmbito das atividades de animação e de apoio à família para implementar no início do ano letivo 2016/2017



nos jardins-de-infância localizados fora do núcleo urbano de Rio Maior. Disse ainda
que a concretização deste projeto levou à adequação das funções e lugares dos
trabalhadores do Município nele envolvidos e daí a alteração ao Mapa de Pessoal
aprovado
INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS
Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa
Iniciou por afirmar que a CDU continua firme na opinião de que encerrar uma
escola ou um jardim-de-infância nas freguesias significa sempre uma perda para o
Concelho, pois as freguesias perdem atratividade, perdem população, em particular
jovens, e assiste-se assim ao definhar das aldeias e vilas. Relembrou que nos últimos
vinte anos todas as freguesias do Concelho perderam população exceto a freguesia
de Rio Maior e a da Asseiceira e que mais cedo do que tarde certas decisões que
pareciam irreversíveis deixarão de o ser por exigência das populações, tais como a
reabertura das escolas e jardins-de-infância fechados. Continuou dizendo que o facto
de um riomaiorense viver no meio rural não pode significar que sejam riomaiorenses
de segunda, seja nos acessos aos serviços públicos constitucionalmente consagrados
seja no aumento de custos e diminuição da qualidade de vida. Afirmou ainda a CDU
concorda em absoluto com a escola e jardins-de-infância a tempo inteiro e com
qualidade mas que não pode concordar com o apoio às atividades de animação e
apoio à família que se consubstancia num depósito de crianças. Salientou que sendo a
criança o centro de todas as políticas e da relação pedagógica devem ser respeitadas
as opções de cada família quanto à inscrição, à duração e transporte, ou seja,
referindo-se a este caso em concreto não se poderá acabar com o autocarro das 16
horas e 30 minutos que transporta as crianças dos centros escolares até às suas
freguesias de residência. Concordou com a afetação dos nove postos de trabalho com
vínculo e de natureza permanente a esta área mas clarificou que as políticas de
transportes escolares do município vão ter que mudar rapidamente para melhor e
nunca para diminuir o existente
Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes
(27 presenças)
Presidente da Assembleia Municipal
Nos termos do n.º 7 do artigo 68º do atual Regimento, o Presidente da
Assembleia Municipal propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na
presente sessão



Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes
(27 presenças)
Presidente da Assembleia Municipal
Deu a palavra ao público presente para as intervenções e explicou a condições
em que seriam feitas de acordo com o regimento da Assembleia Municipal, de forma a
ser do conhecimento de todos os presentes
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO
Não foram efetuadas inscrições para intervenção
ENCERRAMENTO
Quando eram quinze horas e vinte minutos, o Senhor Presidente da Assembleia
Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente sessão, da qual, e para
constar se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser
apresentada na sessão seguinte para aprovação global e assinada pela mesa
O PRESIDENTE DA MESA:
O PRIMEIRO SECRETÁRIO:
A SEGUNDA SECRETÁRIA: